

ANÁLISE PRELIMINAR DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL¹

Rosemeire Aparecida de Almeida²

Introdução

A análise da assistência técnica estatal nos assentamentos rurais no Estado do Mato Grosso do Sul insere-se no projeto “Avaliação do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária”, realizado em 1998, por sua vez, resultado de uma ampla discussão a respeito da questão agrária brasileira, principalmente no que se refere as dificuldades de acesso e permanência na terra pelos assentados. Deste modo se a luta pela terra é uma luta específica de um segmento da sociedade, a Reforma Agrária é uma luta de todos porque possui um sentido mais amplo. Portanto, investigar e analisar os desdobramentos da luta pela terra, principalmente os instrumentos creditícios e a assistência técnica, é hoje algo premente, tanto em função da carência de pesquisas sobre a temática como pela relevância da problemática.

Na pesquisa realizada com os técnicos agrícolas e agrônomos que prestam assistência técnica aos assentamentos de Reforma Agrária, no MS, foram entrevistadas 17 pessoas. Verificamos que alguns são responsáveis por vários assentamentos dependendo da localização do escritório.

A empresa estatal EMPAER — Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul, aparece como única na assistência aos 22 assentamentos selecionados na pesquisa de Avaliação do PROCERA, em que a assistência técnica é parte integrante.

Em relação à escolarização dos entrevistados, 70,6% (12 no total) têm formação média em agropecuária. A minoria, 29,4% (5), tem nível superior - agronomia. Embora se tenha verificado a presença de engenheiros agrônomos trabalhando com os assentados, e se em tese esses profissionais oferecem melhores condições de assistência por terem uma visão mais globalizante do processo, tal inferência não foi confirmada na pesquisa. O local de formação da maioria dos técnicos agrícolas tem sido o CERA — Centro Educacional Rural de Aquidauana —, sendo, por sua vez, a UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – a instituição de formação dos engenheiros agrônomos. Há alguns profissionais formados em outros Estados, como: São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba.

Quanto à empresa de assistência técnica, todos os entrevistados são funcionários da EMPAER, fato já citado anteriormente. Os entrevistados fizeram referência as mudanças introduzidas a partir do Projeto LUMIAR de assistência técnica. No entanto, as informações não foram trabalhadas porque os assentamentos

¹ Texto elaborado com informações obtidas através do Projeto “Avaliação do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária no Estado do Mato Grosso do Sul”, com coordenação nacional da FCAU/UNESP e recursos da FAPESP/FINEP-BID/INCRA.

² Professora assistente do curso de Geografia DCH/CEUL/UFMS e integrante da Coordenação Sul-Mato-Grossense do Projeto de Avaliação do PROCERA, 1998.

selecionados para nossa avaliação não são atendidos pelo LUMIAR, pois esse entrou em funcionamento em 1997 atendendo apenas aos “novos” assentamentos.

Compromisso do técnico

Considerando-se o critério tempo de trabalho no assentamento, podemos classificar a atuação dos técnicos da seguinte forma: 17,6% (3), entre 1 e 3 anos; e 82,4% (14), entre 4 e 13 anos. Assim concluímos que os entrevistados têm significativa experiência junto aos assentados, portanto desconhecimento da realidade não parece ser o problema maior.

Em relação à periodicidade de acompanhamento técnico no assentamento, a maioria diz fazer visitas semanais (3), no entanto alguns admitem a impossibilidade da assistência, como no depoimento do técnico do assentamento Indaiá (Itaquiraí): *“É impossível responder a essa pergunta, basta dizer que temos aqui mais de 600 famílias para atender”*.

Quanto à forma de atendimento, são as mais diversas possíveis, a saber: visitas (individuais e grupos); palestras; cursos. O atendimento por grupo foi apontado como a forma de trabalho mais utilizado, considerando que há um técnico por município. As visitas individuais, segundo a maioria, existem no caso de solicitação ou para expedição dos laudos exigidos pelo banco (fiscalização).

Os chamados “contatos” também são apontados como forma de atendimento: esses contatos são as visitas que os próprios assentados fazem ao técnico no escritório. Os dados, que podem ser visualizados no Quadro 01, sobre número de assentados atendidos são extremamente preocupantes e confirmam a impossibilidade do trabalho de assistência individual/semanal. É necessário ressaltar que o técnico foi orientado a incluir na resposta todos os projetos atendidos e não somente o assentamento em destaque.

Em relação ao período de trabalho em que realiza as idas ao assentamento, nenhum técnico conseguiu enquadrar suas visitas nas etapas propostas pelo questionário. Todavia, baseando-se nas respostas obtidas, essas foram agrupadas da seguinte forma:

a) Elaboração do projeto: atendimento em grupo, de três a seis visitas/ano, dependendo do número de assentados.

b) Plantio; tratos culturais; colheita: três visitas/ano individuais, visando, na maioria, à elaboração do laudo de fiscalização. (Lembrando que no assentamento Marcos Freire, o escritório de Dois Irmãos do Buriti, responsável pela assistência, permaneceu oito meses sem técnico, segundo depoimento do entrevistado, o que acarretou problemas junto à Comissão Estadual do PROCERA pela inexistência dos laudos exigidos).

c) Animais (compra e manejo): uma visita por grupo para compra. O manejo é orientado através dos cursos e mediante solicitação.

Com relação à comercialização das culturas e dos animais foi unânime a ausência dos técnicos no processo, a maioria justifica através de questões como falta de tempo e desconfiança do assentado.

QUADRO 01 - RELAÇÃO TÉCNICO/NÚMERO DE FAMÍLIAS

TÉCNICO/MUNICÍPIO	Nº DE ASSENTADOS
PARANHOS	136
RIBAS DO RIO PARDO	306
NOVO HORIZONTE DO SUL	758
DOIS IRMÃOS DO BURITI	187
TERENOS	60
GUIA LOPES DA LAGUNA	171
NIOAQUE	693
ANASTÁCIO	431
JATEÍ	111
NOVA ANDRADINA	450
ITAQUIRAÍ	632
CORUMBÁ	150*
SANTA RITA DO PARDO	46
BELA VISTA	47
BODOQUENA	270
BONITO	30
SIDROLÂNDIA	132

* Representa a soma do número de famílias que, divididas em grupos, são atendidas atualmente pelo entrevistado nos 04 assentamentos alvos da pesquisa de Avaliação do PROCERA, 1998.

Grau de compromisso com as necessidades/potenciais da região

A escolha da cultura e/ou da criação é feita mediante as seguintes observações: solo; mercado; aptidão do assentado; zoneamento (vocação da região); procedência do animal; objetivos do assentado e infra-estrutura. No caso do assentamento Marcos Freire, o entrevistado alega não ser possível orientar pelos critérios básicos, pois há interferência de atravessadores, conhecidos como "marreteiros" os quais, na maioria das vezes, ditam a cultura e compram o produto antes mesmo da colheita.

Em rela o ao fornecimento de sementes, matrizes e insumos, no geral observam-se os seguintes aspectos: semente certificada; tipo de solo; procedência; adapta o; variedade; idade; atestado negativo de doenças, como brucelose, aftosa e preço. Alguns técnicos não conseguiram entender a pergunta e, portanto, deixaram de responder ou então repetiram a resposta dada na questão anterior. Nos critérios utilizados para a defini o dos preços, os entrevistados se dividem entre a orienta o visando   compra em grupo mediante pesquisa no município e total ausência dos técnicos nos casos de compra de animais. Quanto aos critérios de viabilidade econ mica apontados, destacamos: análise do mercado (rentabilidade); culturas de baixo risco (ex. mandioca); diminui o do frete; proximidade com agroindústrias; demanda local; infra-estrutura da família; solo.

  interessante ressaltar que dois técnicos afirmaram que essa viabilidade econ mica já está definida pela Comissão Estadual do PROCERA, situa o geradora de certo zoneamento regional: basta seguir as orienta es (pacote) e montar os projetos. Esse tipo de afirma o nos leva a pensar a inexistência de um trabalho conjunto técnico-assentado. Todavia, na verdade   um enquadramento segundo uma

média regional existente, embora a heterogeneidade tanto das condições materiais quanto humanas seja a marca registrada dos assentamentos no Estado.

A forma encontrada pelos entrevistados para orientar os assentados no projeto PROCERA constitui-se de reuniões, visitas, cursos, com objetivos variados, tais como: “incentivar a busca de retorno financeiro e garantir a subsistência”; “mostrar alternativas de acordo com dimensão do lote e buscar superar as dificuldades de planejar”; “aplicar os recursos conforme planejado no projeto”; “orientar o assentado, mas deixá-lo decidir, pois quem vai pagar é ele”.

Dentre estes depoimentos, chamamos a atenção especificamente para o de Corumbá, porque traduz uma preocupação crescente dos entrevistados: “A orientação para opção pelo PROCERA/investimento visando à aquisição de gado tem garantido um retorno seguro para o assentado, pois ele tem leite diário e bezerros no final do ano”.

Quanto à definição das atividades desenvolvidas nos assentamentos, conforme demonstra o Quadro 02, há uma diversidade muito grande de respostas. Destarte, acreditamos que a influência do técnico depende da realidade de cada assentamento.

QUADRO 02 - DEFINIÇÃO DE ATIVIDADES PELO ASSENTADO/TÉCNICO (%)

TÉCNICO/MUNICÍPIO	A	B	C
Bodoquena	80	15	5
Sidrolândia	3	95	2
Terenos	99	1	0
Anastácio	30	50	20
Jateí	80	0	20
Nova Andradina	95	0	5
Corumbá	80	15	5
Novo Horizonte do Sul	85	10	5
Dois Irmãos do Buriti	100	0	0
Bonito	100	0	0
Nioaque	50	30	20
Bela Vista	45	20	35
Itaquiraí	90	0	10
Santa Rita do Pardo	40	30	30
Guia Lopes da Laguna	50	30	20
Paranhos	30	60	10
Ribas do Rio Pardo	100	0	0

A: Em média quantos já definiram sua cultura/criação?

B: Quantos mudam de opinião após a consulta do técnico?

C: Quantos não têm nenhuma opinião e a assistência orienta a escolha

Observa-se que houve diferença de percentual para cultura e criação. Apresentamos a média para cultura. No caso para criação, o entrevistado considera que 100% dos assentados mudam de opinião após consulta técnica.

Postura do técnico perante o PROCERA

No que se refere à participação do assentado no processo de contato com a agência bancária, 64,7% (11) dos entrevistados disseram que é o técnico quem intermedeia a relação agência bancária-assentado, com destaque para o depoimento

do técnico de Itaquiraí: “o contato é com a EMPAER (técnico), o assentado só assina, pega o dinheiro e paga”.

Para os entrevistados de Paranhos, Novo Horizonte do Sul e Ribas do Rio Pardo: “O assentado controla todas as fases do processo”. Dois técnicos disseram que a associação dos assentados acompanha o processo, e, por fim, o técnico de Paranhos afirma que o assentado acompanha parcialmente.

Em relação ao controle por parte dos assentados dos preços contratados, dos valores financiados e parcelas a serem pagas, as respostas, em relação a estas três fases, foram diferentes, pois, segundo os entrevistados, o assentado tem certo controle sobre os preços contratados, o problema reside justamente na capitalização, ou seja, no financiamento e nas parcelas a serem pagas.

Outra questão apontada refere-se à diferença entre os financiamentos. No caso do custeio, o controle dos preços contratados e pagamento com rebate são relativamente de fácil compreensão para o assentado, situação que não se repete no financiamento para investimento em função do valor contratado ser maior, bem como o tempo para pagamento e a quantidade de parcelas. Todavia agrupamos as respostas da seguinte forma: 58,8% (10) dos entrevistados afirmam que os assentados não têm controle; 17,6% (3) acreditam que o controle é parcial e, para 23,5% (4), o controle por parte do assentado existe.

Na indagação “como o técnico orienta o assentado sobre as questões ligadas ao sistema financeiro”, as opiniões foram as seguintes:

“Solicitamos ao banco os saldos devedores no mês de vencimento e deixamos a listagem afixada no escritório da EMPAER” (35,3%).

“É difícil, pois nem mesmo a EMPAER tem controle sobre a situação bancária deles” (5,9%).

“Através de reuniões, pedimos que eles leiam as cédulas, destaquem as datas de pagamento e organizem o material em pastas.” (35,3%).

“Orientamos principalmente o presidente da Associação no sentido de fazer visitas regulares junto à agência bancária procurando ter informações sobre os saldos devedores e o teto disponível.” (23,5%).

Na avaliação do técnico a respeito da relação do assentado com a agência bancária, as opiniões são divergentes, mas a maioria destaca a dificuldade que o assentado possui no entendimento dos tramites burocráticos, situação que acaba gerando conflitos no seu relacionamento com os funcionários da agência. Vejamos as opiniões:

“O sistema financeiro, por não ter recursos humanos suficientes, presta um serviço de atendimento a desejar, desta forma os assentados ficam com dúvidas principalmente em relação aos valores das parcelas de seu financiamento.” (17,7% - 3).

“A relação é boa. No caso específico, há por parte da agência uma postura de reconhecer as dificuldades e tentar orientar o assentado” (5,9% - 1)

“É boa a relação, com pequenos desentendimentos que são logo esclarecidos.” (17,7%- 3).

“É péssima. Eles não entendem e desconfiam de todos. É necessário a EMPAER ser melhor equipada de funcionários e infra-estrutura para ter maior acesso a agência bancária, para fazer o verdadeiro trabalho de integração e assim poder orientar o assentado.”

“O assentado se coloca como indefeso e não entende que existem direitos e deveres. Aqueles que compreendem isso vivem bem.”

“Os assentados tem pouca informação e há um complicador que é a burocracia, na verdade o PROCERA se tornou burocrático porque tanto a EMPAER, a agência bancária e a Comissão Estadual estão mergulhados em burocracia.”

“As dificuldades variam de acordo com o grau de instrução do assentado, há problemas de entendimento em todas as fases, ou seja, desde a elaboração do projeto até a liberação dos recursos.” (23,5% - 4)

“Regular. Há pouca inadimplência no caso do assentamento Novo horizonte do Sul.”

“No início do processo foi problemático, hoje o assentado é visto como um cliente normal. É claro que esta situação dependerá muito da gerência do banco, portanto, encontra-se em constante mudança.” (5,9% - 1)

“A postura da EMPAER é de acompanhar as partes” (5,9% - 1).

Na avaliação do PROCERA feita pelos entrevistados, foram destacados pontos favoráveis e desfavoráveis juntamente com os comentários que estão sintetizados no quadro a seguir:

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
Atende parte dos anseios do produtos investimento	Não existe financiamento específico para moradia.
Programa acessível, juros baixos, pouca burocracia, direito ao rebate	O teto é muito baixo, tanto para investimento quanto para custeio.
Melhoria das condições sócio-econômicas dos assentados	Pouca divulgação.
É incentivo para permanência no campo	As dívidas prorrogáveis perdem o rebate de 50%
Aumenta a renda familiar	A agência bancária não exerce sua função fiscalizadora, ausência de regras rígidas.
Presença no momento fundamental da vida do assentado.	Atraso na aprovação e liberação dos recursos
	O rebate de 50% no montante e nos juros incentiva o desvio, pois o pagamento é fácil.
	Teto igual para todos gera distorções
	Burocrático. Projetos em grupo são confusos e geram inadimplência.
	Não consegue aumento de produtividade.
	Pouca participação deliberativa do órgão de assistência técnica.
	Pouca autonomia da Comissão Estadual gerando aprovação de projetos sem disponibilidade de recursos.

No Quadro 03, distribuimos as respostas por técnico/município em relação à avaliação do nível de controle que o assentado possui dos preços contratados junto aos fornecedores, dos valores financiados e das prestações/amortizações.

Quadro 03 – Controle econômico dos assentamentos

TÉCNICO/MUNICÍPIO	A	B	C
Novo Horizonte do Sul	Não	Sim	Sim
Bela Vista	Sim	Sim	Não
Itaquiraí	Não	Sim	Não
Nioaque	Sim	Sim	Não
Bonito	Sim	Sim	Sim
Bodoquena	Sim	Sim	Não
Nova Andradina	Sim	Não	Não
Jateí	Sim	Sim	Sim
Sidrolândia	Sim	Não	Não
Dois Irmãos do Buriti	Não	Sim	Não
Guia Lopes da Laguna	Sim	Sim	Não
Terenos	Sim	Sim	Sim
Corumbá	Não	Sim	Não
Anastácio	Sim	Sim	Não
Santa Rita do Pardo	Sim	Sim	Não
Ribas do Rio Pardo	Sim	Sim	Sim
Paranhos	Sim	Sim	Sim

A - Controle dos preços contratados junto aos fornecedores.

B - Controle dos valores financiados.

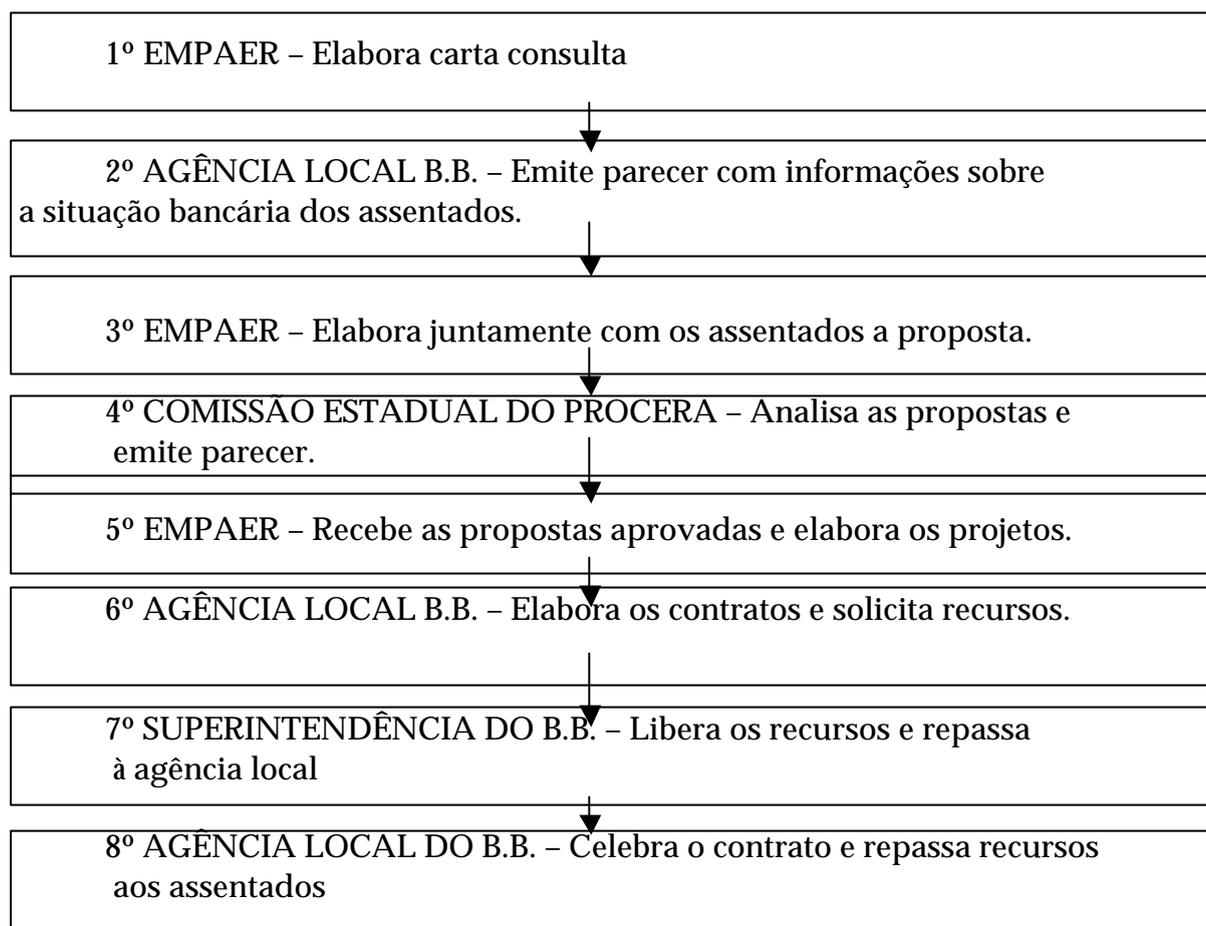
C - Controle das prestações/amortizações.

É interessante comentar que os entrevistados apresentaram objeções para responder a essa questão, em função daquilo que classificaram como extrema heterogeneidade do assentamento, portanto, sentiam dificuldades em enquadrar a realidade em respostas únicas, desta forma eles fizeram uma média por assentamento.

Quanto ao controle dos preços contratados junto aos fornecedores, alguns técnicos ficaram indecisos, pois dizem que essa relação é dinâmica, depende do movimento do mercado e da organização dos assentados, bem como da liberação dos recursos. Há momentos em que o assentado consegue controlar e outros em que há um verdadeiro lobby de vendedores, especuladores, aliado a prazos esgotados de compra de animais e outros investimentos.

Na questão referente a orientação em relação ao crédito, em especial ao caminho burocrático que a proposta do PROCERA-Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária- percorre, as respostas foram bastante diversificadas. Optamos por organizar um fluxograma baseado na análise dos questionários, objetivando aproveitar as informações não conflitantes, pois os entrevistados apontaram diversos caminhos.

Fluxograma do PROCERA



Considerações finais

Tendo como objetivo o entendimento dos problemas que circunscrevem a assistência técnica estatal nos assentamentos de Reforma Agrária, destacamos os depoimentos que ilustram de forma precisa a problemática da pesquisa. Devido a diversidade das observações coletadas optamos por transcrevê-las para que o leitor possa estabelecer seus parâmetros de avaliação.

“O papel do técnico muda no decorrer do processo, no início ele é amigo para o assentado, na fase posterior ele precisa assumir a postura de fiscalizador e aí vira inimigo”.

“Não existe uma articulação entre os órgãos ligados a Reforma Agrária, principalmente no caso do PROCERA, pois cada parte tem um papel específico e acaba nisso. Por exemplo, a participação efetiva do Inkra é fundamental na garantia da aplicação dos recursos, pois a assistência técnica não possui condição humana nem material para identificar a verdadeira clientela da Reforma Agrária, o que torna fácil a compra de lotes, o arrendamento, a maracutaia”.

“Todos os técnicos agrícolas deveriam atender no máximo 100 famílias, pois assim teríamos condições de fazer assistência técnica”.

“Seria interessante se o teto fosse maior e liberado de uma só vez visando a execução a longo prazo, facilitaria tanto a assistência como diminuiria a burocracia, pois esse sistema parcelado e de fluxo contínuo fragmenta o trabalho e os resultados”.

“Há um processo de desmonte nacional da assistência técnica estatal”.

“Há problemas da EMPAER com a agência bancária, ou seja, não são somente os assentados que não conseguem ter controle, a EMPAER também não tem condições de acompanhar até porque não participa efetivamente dos trâmites bancários”.

“É interessante assumirmos que o assentado com todas as dificuldades que sabemos que ele tem, possui em torno dele uma estrutura montada para orientá-lo na relação com o sistema financeiro (situação que não existe para o não assentado). Talvez, o grande problema seja o excesso de paternalismo. É necessário encararmos que o analfabetismo é o vilão desta história, é necessário combatê-lo ao invés de soluções paternalistas que só geram conflitos e acomodações”.

“A assistência técnica é hoje deficiente no Brasil, como exemplo cito o escritório de Itaquirá, são dois técnicos para atender mais de mil famílias. Portanto, que conceito de assistência técnica resiste a tal realidade, e, pior, quem está preocupado com isso?”.

“Hoje a EMPAER atende mediante solicitação e muitas vezes no escritório mesmo, o cronograma de visitas e o trabalho de campo é só teoria.”

Em função da pesquisa realizada e dos resultados preliminares aqui expostos, entendemos que a Reforma Agrária deve ser acompanhada de uma política agrícola com instrumentos creditícios, assistência técnica e extensão rural de qualidade, principalmente no início do processo de assentamento. Observa-se isto pelo fato de que no acampamento, o qual invariavelmente tem precedido ao assentamento, a expropriação material do trabalhador é completa. Assim, o grande desafio da Reforma Agrária hoje é promover a sobrevivência e viabilidade econômica dos assentamentos.

Todavia, essa não tem sido a tônica de nossa Reforma Agrária, na medida em que a própria assistência técnica é oficialmente reconhecida como deficiente tendo sofrido pressão dos movimentos sociais. Resultado disso está na implantação do Programa INCRA/LUMIAR, iniciado em 1997, numa tentativa de melhoria do já viciado sistema. Entretanto, apesar das distorções existentes no encaminhamento da questão agrária brasileira e ao contrário do que muitos imaginam, as famílias assentadas estão resistindo na terra. As operações do PROCERA apresentam, em média, um nível de inadimplência bastante inferior em relação ao crédito de linhas normais do Banco do Brasil. Todavia, muitos parceiros ainda não conseguiram romper o circuito de miserabilidade imposto pelo capital produtivo e, agora, financeiro. Conseqüentemente, o analfabetismo, a ausência de assistência técnica aliada aos problemas inerentes ao solo destinado ao assentamento, assim como a completa inexistência de um projeto de valorização da agricultura familiar no país produz um quadro de múltiplas determinações. Situação que, no mínimo, acaba comprometendo o futuro do PROCERA o qual, por sua vez, representa um capítulo fundamental na histórica luta por crédito rural desencadeada, em meados da década de 80, pelos assentados no Rio Grande do Sul.

À guisa de conclusão, podemos afirmar a existência de muitas outras questões relevantes apontadas pela pesquisa sobre as condições da assistência técnica e que estão relacionadas basicamente com a crescente dependência dos assentados ao

crédito rural para Reforma Agrária, situação geradora de dificuldades para a expansão desta assistência. Destacamos também a política desordenada de emancipação dos assentamentos implantada pelo governo, a qual aliada à implantação do PRONAF, acaba por mascarar os problemas limitantes da permanência do homem no campo.